IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Rosana Torrinha Silva de Farias[1]
Daguinete Maria Chaves Brito[2]
Rosinete Cardoso Ferreira[3]
Fátima Sueli Oliveira dos Santos[4]

Resumo: O artigo retrata os impactos socioambientais decorrentes da apropriação turística do espaço da comunidade ribeirinha do Lontra da Pedreira, localizada no município de Macapá, AP. A investigação foi realizada durante os anos de 2015 e 2016, parte do conjunto de estudos realizados pelo grupo de pesquisa Dinâmicas Territoriais da Amazônia (Ditama), da Universidade Federal do Amapá (Unifap), com o objetivo de analisar as consequências sociais e ambientais da apropriação espacial do turismo de segunda residência. No processo de investigação foram realizadas observações sistemáticas na área, entrevistas por meio de formulários e história oral. As análises permitiram concluir que o uso e a ocupação da área pela atividade turística provocaram alterações no modo de vida e no ambiente da comunidade, além de acelerarem processos naturais.

Palavras-chave: comunidade ribeirinha, turismo de segunda residência, impactos socioambientais.

Abstract: This article describes the socioenvironmental impacts resulting from the tourist appropriation of the area of the Lontra da Pedreira Ribeirinha Community, located in the municipality of Macapá / AP. The research was carried out during the

[50] Geógrafa, doutoranda, professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap), rtorrinha@unifap.br. Membro do GP Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Ditama).
[51] Geógrafa, doutora, professora da Universidade Federal do Amapá (Unifap), dagnete@uol.com.br. Membro do GP Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Ditama).
[52] Geógrafa, doutoranda, professora do Instituto Federal do Amapá (Ifap). rosi_cardoso@hotmail.com. Membro do GP Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Ditama).
[53] Geógrafa, doutoranda, professora do Instituto Federal do Amapá (Ifap). fatimasuelimcp@gmail.com, Membro do GP Dinâmicas Territoriais na Amazônia (Ditama).

years 2015 and 2016, part of the set of studies carried out by the Territorial Dynamics of Amazonia Research Group - DITAMA of the Federal University of Amapá, with the objective of analyzing the social and environmental consequences of spatial appropriation of tourism. second residence. In the process of investigation were realized systematic observations in the area, interview through forms and oral history. The analyzes allowed to conclude that the use and occupation of the area by the tourist activity caused changes in the way of life and in the community environment, besides accelerating natural processes.

Keywords: riverside community, tourism of second residence, socioenvironmental impacts.

INTRODUÇÃO

O artigo em tela retrata os impactos socioambientais da expansão do turismo de segunda residência na comunidade ribeirinha do Lontra da Pedreira, localizada na Bacia do Rio Pedreira, na zona rural da cidade de Macapá, AP, a 45 km de distância da referida capital, com acesso por via terrestre e aquática.

O turismo de segunda residência é um fenômeno complexo, o conceito, a ocorrência e seus desdobramentos ainda precedem de estudos teóricos e empíricos. Nas últimas décadas, muitos pesquisadores têm se dedicado a desvelar a essência e a dinâmica desse processo, principalmente em orlas de praias e zonas rurais.

Ao tratar do assunto, a primeira problemática emerge em torno da definição, pois é comum encontrarmos, na literatura, além da expressão "segunda residência", as denominações de alojamento turístico e residência secundária. Diante do impasse, foi necessário ampliar os conhecimentos sobre a questão e a dimensão do fenômeno.

Entre os diversos trabalhos sobre a temática, Olga Tulik (1995, 1998 e 2001) expressa o acontecimento como alojamento turístico particular ou residência secundária, temporariamente utilizada para o lazer por pessoas que mantêm residência fixa em outras localidades.

O conceito da autora compreende o que a Organização Mundial do Turismo (OMT) (1998, p. 44) considera como turismo: "As atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e permanências em lugares distintos ao seu entorno habitual, por

um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócios e outros". Seguindo a mesma ideia de turismo, Assis (2003, p. 110) considera o de segunda residência como um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias.

A história revela que esse tipo de turismo, como prática de refúgio para o lazer em uma segunda residência, ocorre desde a Antiguidade Clássica, praticada pelos representantes do Império Romano, os quais possuíam uma residência fixa na cidade e outra para os momentos de descontração, no campo (RODRIGUES, 1997).

Especificamente, no Brasil, o turismo de segunda residência

> Dá-se na década de 1950 sob a égide do 'nacional-desenvolvimentismo' que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores socioculturais a ideologia do turismo e do lazer (...).
> (...) O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, às regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas) (BECKER, 1995, p. 10).

Apesar de o processo ter iniciado na década de 1950, como considera Becker, o reconhecimento oficial das moradias de segunda residência ocorreu a partir de 1970, com a constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de consideráveis registros, em seus censos demográficos, de casas fechadas por ocasião do levantamento, detectando o uso específico em ocasiões esporádicas.

Diante das incursões literárias acerca dessa modalidade turística, observam-se pontos confluentes importantes relacionados ao acontecimento, tais como: permanência temporal do turista na localidade relacionada aos períodos de férias, feriados e finais de semana; e o fato de manterem residência fixa em outra localidade e a motivação de manter outra residência, principalmente, com objetivos definidos para atender o lazer e o descanso.

Frente ao que se pode apreender por meio dessas discussões e das múltiplas formas denominativas ao fenômeno, neste estudo, utilizou-se a expressão turismo de segunda residência, por compreender que se trata de um turismo diferenciado, que apresenta suas especificidades, e uma delas é a existência de residências temporárias para fins específicos ligados ao turismo que assegurem a estadia do turista durante seus constantes retornos.

O turismo de segunda residência se concretiza no Lontra da Pedreira, despontando para nova configuração e dinâmica socioespacial na área, proporcionado por turistas que adquirem casas de veraneio e as ocupam em períodos preestabelecidos, nos finais de semana, feriados e férias, com o propósito de entretenimento, descanso e usufruto da paisagem que o lugar proporciona.

O cenário paisagístico apresentado pela beleza cênica da região do Lontra é um dos fatores determinantes para atração do turista de segunda residência que deseja usufruir dos bens naturais da área. Trata-se de uma região considerada "várzea flúvio-marinha" (LIMA; COSTA, 2001), predominantemente de florestas densas e formação hidrodinâmica, caracterizada pela diversidade de rios e igarapés que formam a Bacia do Rio Pedreira e obedecem ao regime de fluxo e refluxo de marés.

O ninhal, santuário de pássaros e de reprodução, é o ambiente mais visitado e contemplado pelos turistas. Essa combinação natural torna o lugar ímpar. É neste contexto que se observa a dúbia apropriação do espaço: pelos ribeirinhos, que se territorializam mediante a busca de sobrevivência na intrínseca relação com a natureza, procurando reproduzir seu modo de vida; e pelos turistas de segunda residência, que usufruem do conjunto ambiental como um refúgio da vida agitada da cidade em busca de um lugar de recreação e descanso.

A apropriação espacial por esses dois segmentos sociais, que apresentam objetivos bem distintos quanto ao uso do lugar, tem se configurado como uma relação de conflitos e tensões. Com vistas a essas questões, buscou-se analisar os impactos socioambientais decorrentes do turismo de segunda residência na área. Os estudos foram realizados nos anos de 2015 e 2016, atrelados ao Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais da Amazônia Brasileira (Ditama) da Unifap.

Na interpretação e compreensão do fenômeno em seus mais diversos aspectos, o estudo empírico foi realizado na referida localidade por meio dos seguintes

procedimentos: a priori, foram realizadas observações sistemáticas do ambiente e do cotidiano, durante os anos de 2015 e 2016, em momentos determinados, ou seja, semana letiva, finais de semana, feriados e férias escolares, visando confirmar a temporalidade presencial dos turistas de segunda residência na área, e quais dinâmicas estabelecem quanto aos impactos socioambientais em relação ao modo de vida dos ribeirinhos. A principal ferramenta de auxílio foi uma espécie de "Diário do Lontra", criado pelas pesquisadoras para que todas as observações e descrições fossem registradas.

Vale ressaltar que o modo de vida foi aqui compreendido mediante a concepção de Suzuki (1996), que o traduz a partir das vivências e experiências dos grupos sociais criando concepções e percepções sobre sua vida.

Diante dessa compreensão, a escolha pela observação sistemática ocorreu pela relevância dessa técnica na coleta de dados, que é realizada por meio dos olhares e da percepção dos sujeitos e do pesquisador sobre determinado fenômeno ou acontecimento. A importância desse método está no fato da inserção direta do pesquisador no cenário do acontecimento (GIL, 1995).

Outro momento da pesquisa foi a aplicação de entrevistas por meio de formulários. Foram selecionados 12 moradores ribeirinhos[54] acima de 18 anos de idade, dos 315 residentes na comunidade; quanto aos turistas de segunda residência, 15 fizeram parte da entrevista, também obedecendo ao critério da maior idade. Ressalta-se que não há registros oficiais dos números de turistas de segunda residência. Durante a pesquisa foram contabilizadas 57 casas. Os dados coletados permitiram compreender a dinâmica social e a relação e interação produzida por esses dois agentes que atuam no espaço do Lontra.

No sentido de fortalecer e complementar as informações, também foi aplicada a técnica da história oral, realizada com três moradores mais antigos da comunidade. Segundo os estudos de Lang e Meihy (1996, 1996a), a utilização desse método como coleta de dados é importante via de pesquisa, já que, por meio de entrevistas, são externadas as experiências e conhecimentos das pessoas sobre fatos vivenciados.

[54] Registra-se a dificuldade de realizar entrevistas com um número maior de moradores pelo difícil acesso às moradias localizadas às margens dos rios e igarapés, sendo necessário maior apoio logístico quanto ao transporte aquático. O mesmo caso se aplica para os turistas de segunda residência.

O caminho teórico-metodológico descrito permitiu analisar e compreender a atuação dos processos econômicos, políticos, ambientais e culturais que provocaram, na comunidade, as transformações geográficas após a exploração da área pela atividade turística de segunda residência.

A SEGUNDA RESIDÊNCIA NO CONTEXTO RIBEIRINHO DO LONTRA DA PEDREIRA

Para a construção do contexto socioespacial do Lontra da Pedreira, no sentido de demonstrar o modo de vida da população e como o turismo de segunda residência vem atuando e apropriando-se do espaço, utilizaram-se os dados registrados no diário do Lontra (registro das observações sistemáticas) e as falas dos moradores e dos turistas, imprescindíveis na composição dos relatos sobre suas próprias formas de espacialização. Diante desse aparato de informações, as pesquisadoras sentiram-se seguras para apresentar com propriedade aspectos relevantes da dinâmica da região.

Os ribeirinhos apresentam seu modo de vida articulado ao ambiente amazônico, vinculando suas atividades do cotidiano à dinâmica das águas e da floresta. Eles desenvolvem a caça, a pesca, o extrativismo, os cultivos de hortaliças e frutas típicas da região. Utilizam como principal meio de transporte para deslocamento interno o barco ou canoa, principalmente os motorizados e de pequeno porte.

É nesse cenário que a comunidade do Lontra da Pedreira produz e reproduz o seu espaço. É importante mencionar que os ribeirinhos, também chamados de caboclos amazônicos, constroem o modo de vida à beira dos rios e igarapés (LOUREIRO, 1992).

No universo ribeirinho, os rios e as matas, que sustentam a biodiversidade do lugar, são os elementos indispensáveis à reprodução da cultura e da sobrevivência. Em torno desses elementos naturais criam-se mistérios, lendas e mitos compartilhados pelas famílias e amigos nas rodadas de conversas; assim, os conhecimentos são construídos no cotidiano, pautados na vivência e experiência transmitidas de geração a geração.

Na observância do modo ribeirinho de viver, percebeu-se a profunda relação e articulação que esse ribeirinho mantém com o ambiente, desde o amanhecer, com a preparação das crianças para a escola, com os banhos no rio, e posteriormente com o café da manhã regado a produtos cultivados no quintal ou na pequena roça, como o biju de mandioca, a macaxeira e a batata-doce, “carros-chefes” do desjejum. Depois de

prontas, as crianças dirigem-se ao trapiche para esperar o barco escolar que as transporta até o colégio.

Os pais aguardam a maré para iniciarem as atividades extrativistas, de cultivos, caça e pesca. Quando essas atividades são realizadas no período da tarde, os filhos também contribuem. As redes ficam sempre armadas nos arredores da casa para os momentos de descanso.

Geralmente, o lazer ocorre à tarde, com as brincadeiras durante os banhos de rios em família, os passeios pelos igarapés nos barcos a remo ou motorizados, o jogo de futebol nos quintais e as coletas de frutas no pomar.

Ao anoitecer, após o jantar, a família se reúne para assistir a programas de televisão; o de rádio também é bastante requisitado. Após essas atividades de entretenimento, o silêncio é quase que total, é possível ouvir o barulho das águas e dos animais na floresta. É necessário esclarecer que essa dinâmica ocorre durante os dias em que os turistas não estão presentes na comunidade, outra situação é desenvolvida com a presença deles, assunto que será trabalhado posteriormente.

Não se pode deixar de registrar as dificuldades da vida na ribeira, caso contrário, se estaria construindo um mundo fantasioso diante da realidade. A pobreza e a falta de perspectivas de emprego são os problemas mais relevantes. O trabalho na roça é bastante sacrificante, ainda ocorre de forma tradicional com o uso de ferramentas de pouca tecnologia. Os produtos são transportados nas costas por longos caminhos, no meio da mata, até as margens dos rios para serem colocados nas canoas. O extrativismo baseado na coleta do açaí e das caças demanda um esforço descomunal, diversos casos de acidentes já foram relatados, os mais frequentes são as quedas das árvores e o envenenamento em consequência das picadas de cobras.

Outros problemas observados e relatados pelos moradores estão relacionados à carência de políticas públicas no desenvolvimento econômico e social da comunidade. Eles fazem referência à falta de programas e incentivos voltados para a produção e fomento à economia de subsistência.

Questões relacionadas ao envolvimento dos ribeirinhos com o alcoolismo e uso de drogas ilícitas também foram registradas na presente pesquisa, não sendo constatada nenhuma intervenção dos órgãos públicos competentes na implantação de políticas voltadas para resolver e/ou conter o avanço das problemáticas.

Antes de adentrar nas questões inerentes à chegada dos turistas de segunda residência e sua expansão na área, cabe retratar a origem da comunidade do Lontra. Especificamente sobre esse assunto, encontraram-se os estudos realizados por Farias (2016), os quais constataram que a sua formação iniciou na década de 1940, com a fixação de moradia de uma única família, porém a efetiva ocupação ocorreu a partir do ano de 1950, concomitantemente com o projeto de rizicultura na área. Para o trabalho na lavoura foram recrutadas cinco famílias, que se instalaram na margem esquerda do Rio Pedreira dando origem à Vila do Lontra (Figura 1). Outras famílias foram se instalando na área aumentando o quantitativo residencial.

A Vila do Lontra (Figura 01) é a sede política e administrativa da comunidade, local de concentração dos aparatos políticos e sociais. Em 1990, o governo estadual iniciou o processo de organização da infraestrutura com a implantação de miniusina de tratamento de água, posto de saúde, sistema de acondicionamento e arrecadação dos resíduos sólidos e a construção da escola do ensino básico Nazaré da Pedreira, todos situados na referida vila. Também, na mesma década, foi inaugurado o fornecimento de energia hidroelétrica, a pavimentação e o asfaltamento da Rodovia AP-70, que liga o Lontra ao centro urbano de Macapá.

Figura 01: Vila do Lontra da Pedreira.



Fonte: Farias (2016).

Os empreendimentos públicos centrados na vila, aliados à proximidade da cidade e à bela paisagem, despertaram o interesse pelo local como segunda residência, tendo em vista que o lugar proporciona um conjunto de aspectos para o descanso e a prática do lazer. Na visão de Tulik (1998), as preferências por segundas residências obedecem a certos fatores como tempo-custo-distâncias e qualidades generalizadas.

Com base nos dados de Farias (2016), a espacialização do Lontra pelo turismo de segunda residência iniciou na década de 1990, com apenas poucas casas turísticas na margem do Rio Pedreira. Porém, no ano de 2016 significavam a maioria em relação às residências dos ribeirinhos.

Segundo Farias (2016), a expansão espacial da área se apresenta da seguinte forma: 45 casas residenciais habitadas por ribeirinhos; destas, 18 estão localizadas na Vila do Lontra e 27, nas margens dos rios e igarapés da Bacia do Rio Pedreira, perfazendo um quantitativo de aproximadamente 315 moradores.

Quanto às casas de segunda residência, ocupadas esporadicamente por turistas, foram computadas 57 (FARIAS, 2016). Complementando os estudos da referida autora, ao se observar a forma de espacialização dos turistas, constatou-se que desse total 13 casas estão na Vila do Lontra e 44, em toda a extensão das margens do Rio Pedreira.

Um dos questionamentos contidos no formulário dos turistas foi sobre a aquisição das terras, das casas e a preferência por lugares distantes da vila central. As respostas foram unânimes: na compra dos lotes e casas pertencentes aos ribeirinhos.

Não se pode obter com exatidão a quantidade de famílias ribeirinhas que venderam suas casas ou parte de suas terras, essas informações não estão disponíveis nos órgãos competentes da administração pública. As negociações são realizadas diretamente entre o ribeirinho e o turista, entretanto, por meio da história do lugar contada pelos próprios moradores natos:

> Entre 1990 a 2016, aproximadamente, 25 famílias negociaram suas casas ou parte de suas terras com os turistas. Alguns venderam todo o lote de terras com a casa, outros venderam parte dela, ainda alguns, negociaram a casa na vila e foram residir no local do roçado ou adquiriram terras em localidades ribeirinhas mais distantes da vila ou da região (Colaborador X, 2015).

A perda de território pelo ribeirinho representa o afastamento do ambiente de reprodução social, ou seja, dos hábitos e costumes historicamente construídos. Configura-se como impacto social, pois, segundo Saquet e Spósito (2009), o território é o espaço das ações cotidianas**,** criando-se forte vínculo de territorialidade que se efetiva nas relações sociais. Diegues (1996) complementa afirmando que o território é o espaço das reproduções culturais.

É nesse espaço da territorialidade do Lontra da Pedreira que o turismo de segunda residência vem se expandindo e refletindo em novas configurações socioespaciais, bem como despontando para mudanças ambientais significativas em áreas de várzea.

Assim, concordando com Assis (2000), o turismo de segunda residência representa muito mais que um simples deslocamento de pessoas em busca de lazer, é uma prática socioespacial complexa e multifacetada, capaz de promover intensas modificações espaciais.

O turismo de segunda residência territorializa o espaço do Lontra estabelecendo novas formas e dinâmicas ambientais e usos do território. Farias (2016) aponta que os turistas transportam para a área seus usos e costumes urbanos e as tecnologias avançadas, o que estabelece dinâmica espacial antagônica entre esse modo de vida e o modo de vida dos ribeirinhos.

Esclarece-se que a atividade vem ocorrendo sem nenhuma interferência governamental, no sentido de estabelecer políticas públicas visando organizar, planejar, vistoriar ou aproveitar para agregar valor à renda familiar dos ribeirinhos. Dá-se, ao contrário, de forma desenfreada e aleatória.

Foi possível, por meio das pesquisas, traçar um perfil do turista de segunda residência do Lontra. A grande maioria (90%) é oriunda da cidade de Macapá; e 10%, de municípios adjacentes. Essa estatística se deve principalmente: ao fácil e rápido acesso devido à proximidade entre Macapá e o Lontra, ao aparato infraestrutural disposto no local, criando certa zona de conforto ao turista e a oferta do conjunto de bem-estar que o turista procura no seu momento de refúgio da vida urbana, além do desfrute da culinária local, como o peixe frito com açaí e as frutas típicas da região comercializadas pelos ribeirinhos.

O TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA NO LONTRA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Estudos realizados por Barros Júnior (2002) e Assis (2003) têm demonstrado que esse tipo de atividade transforma o espaço, provocando mudanças socioambientais significativas, podendo ser de ordem irreversível.

Dentro dessa perspectiva dois momentos marcantes foram observados na dinâmica territorial-temporal do Lontra: 1) De segunda a quinta, as casas dos turistas permanecem fechadas, se observa apenas a movimentação dos ribeirinhos vivendo sua cotidianidade habitual; 2) De sexta a domingo, é que se percebe considerável mudança na dinâmica socioespacial, os automóveis começam a chegar à vila ocupando os espaços, e os ribeirinhos, que comumente iriam para seus roçados ou atividades extrativas, se deslocam para a vila com o objetivo de negociar os serviços de transporte de barcos para levar os turistas até suas residências ou passeios, assim como tentam vender seus produtos agrícolas e extrativos.

É intensa a poluição sonora motivada por aparelhos de som que funcionam durante toda a noite adentrando pela madrugada, sem que se consiga distinguir as músicas, pois estão ligados ao mesmo tempo em várias residências e restaurantes. Aliado a esses ruídos está o barulho estridente de motocicletas aquáticas e barcos dos turistas que transitam em alta velocidade nos rios. Essa situação perdura nos finais de semana e feriados e também no período de férias.

À primeira vista, é perceptível a nova configuração espacial estabelecida pelo contraste arquitetônico das casas: a do ribeirinho, em forma de palafitas, construída de madeira, em sua maioria bruta, coberta de palhas ou de telhas, sem a preocupação de gradeados e pinturas; a frente é voltada para o rio, a ponte de madeira liga a casa ao rio, é o ponto de atracação dos barcos. Na interpretação de Farias (2016, p.77), a casa do ribeirinho é um forte elemento indicador de sua territorialidade e modo de vivência, a moradia é parte integrante do seu universo. As casas dos turistas de segunda residência, por sua vez, são na grande maioria de alvenaria, cobertas de telhas de barro, avarandadas e gradeadas, pintadas com cores chamativas, pisos lajotados, condicionadores de ar, entre outros utensílios de conforto e segurança. Apresentam uma

arquitetura eminentemente urbana e imponente, demonstrando poder econômico e supremacia sobre o espaço.

Outro aspecto relevante a ser retratado é a evidência de que o espaço de vivência do ribeirinho se tornou o de recreação dos turistas, que transitam em motos aquáticas (*jets skis)* e com as voadeiras em alta velocidade nos rios e igarapés fazendo banzeiros acelerando o fenômeno das terras caídas das margens, tornando as casas dos ribeirinhos vulneráveis aos desabamentos (FARIAS, 2016). Segundo relatos dos colaboradores entrevistados, também ocorrem alagamentos das pequenas canoas dos ribeirinhos, que temem pela segurança dos seus familiares que transitam no rio.

A poluição sonora, já mencionada, é relatada pelos moradores como um problema que afeta a paz e a tranquilidade da comunidade.

Quanto à questão da destinação dos resíduos sólidos, percebeu-se que a produção aumenta consideravelmente nos períodos de estadas dos turistas de segunda residência, observou-se o despejo nos cursos d'água e nas suas margens, apesar de a comunidade possuir coleta esporádica e local apropriado para o acondicionamento, nem sempre essas regras são respeitadas pelos turistas.

A comunidade se organiza política e administrativamente pela Associação dos Moradores do Lontra da Pedreira (ACL). Com isso, esses moradores objetivam as conquistas coletivas em relação à infraestrutura, no entanto relataram que os turistas de segunda residência usufruem das conquistas, mas não participam das lutas políticas, estabelecendo-se, assim, mais um ponto de conflito entre esses dois segmentos sociais.

Em meio aos pontos conflitantes detectou-se uma questão positiva em relação à contribuição do turismo na renda da comunidade. Parte da produção ribeirinha é negociada com os turistas; os moradores, além de alugarem suas embarcações para os passeios nos rios e igarapés da região, também vendem o excedente da produção. Todavia surge mais uma problemática: os turistas de segunda residência trazem quase todos os produtos de consumo, ou seja, pouco utilizam os oferecidos nas casas comerciais dos ribeirinhos. Esclarece-se que alguns ribeirinhos, na tentativa de aproveitar a dinâmica turística na área, montaram restaurantes e bares, o lugar oferece quatro restaurantes e dois bares.

Outro fato constatado é o aceleramento do fenômeno das terras caídas, causado pelo impacto hidráulico provocado pelos banzeiros quando do intenso tráfego de

embarcações (FARIAS, 2016). Muitos moradores tiveram que distanciar suas casas das margens dos rios para evitar possíveis desabamentos. Segundo relatos de moradores mais antigos, esse fenômeno era lento, quase imperceptível e pouco sentido pela comunidade, no entanto, com o aumento do turismo e a utilização intensa de canoas, a situação foi se agravando.

As fontes orais, os moradores mais antigos da região, relataram que o ninhal, área de reprodução dos pássaros, está sendo bastante atingido pelo comportamento inadequado dos turistas de segunda residência, o barulho extremo afugenta os pássaros e prejudica o acasalamento; afirmam ainda que, após a década de 1990, com o início da atividade turística, começou a ocorrer considerável diminuição na quantidade de pássaros e ninhos, por isso temem pela perda total do santuário[55].

A valorização do espaço despontou para a busca de imóveis e, consequentemente, a pressão pela compra das casas e terras dos ribeirinhos, muitos migraram para a cidade, iniciando uma vida urbana, fato que provocou a perda de territórios e da territorialidade ribeirinha. Claval (1999, p. 16), atenta para o fato de que a cultura e a identidade são elementos indissociáveis ao território, além de dados fundamentais na identificação dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa procurou-se analisar os impactos socioambientais da atividade turística de segunda residência na comunidade ribeirinha do Lontra da Pedreira, por meio de observações das pesquisadoras sobre os processos espaciais e das falas dos agentes que vivenciam e experienciam o lugar e produzem/reproduzem a dinâmica espacial. As observações e os relatos foram cuidadosamente analisados, considerando os contextos econômico, social, cultural e ambiental para que os resultados pudessem ser materializados mantendo-se a realidade dos fatos. Dessa forma, os resultados apresentados neste ensaio são pertinentes aos olhares, às percepções e falas dos colaboradores ribeirinhos, turistas de segunda residência e dos pesquisadores.

[55] Não foi possível aprofundar pesquisas a respeito desse impacto, apenas relatou-se a percepção acerca do problema por meio da percepção dos moradores sobre as mudanças em seu território. O grupo Ditama está realizando novas pesquisas sobre a problemática.

Com base no caminho estabelecido para a pesquisa e nos fundamentos teóricos determinantes, foi possível concluir que as transformações decorrentes do turismo de segunda residência afetam o cotidiano dos ribeirinhos e o controle do território por eles. Dessa forma, incorporando-se na concepção de Diegues (1996), o território precisa ser controlado, além de espaço de reprodução econômica e de relações sociais, o território é, também, o *lócus* das representações e do imaginário mitológico das sociedades tradicionais.

A dinâmica territorial imposta pelo turista de segunda residência na comunidade do Lontra da Pedreira impõe um cotidiano diferenciado e adverso ao modo de vida dessa população. A vida na ribeira não mais obedece apenas à sazonalidade e à dinâmica das águas e das florestas, mas também ao tempo e à dinâmica do turista.

O uso do território pelo turismo de segunda residência vem acelerando processos naturais, intensificando conflitos de ideias e culturas, além de provocar a ocupação desordenada da área. A ausência do poder público na efetivação e equação dos problemas causados pelo desenvolvimento dessa atividade é um fato a ser grifado neste estudo, pois os moradores clamam por sua presença.

Também foi possível perceber que as mudanças socioambientais se estabelecem nos novos vínculos de territorialidade, em outras formas de sociabilidade e nas relações de vizinhança entre os ribeirinhos e o turista de segunda residência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Lenilton F. Análise geomorfológica: um aporte ao estudo da difusão do turismo de segunda residência nas paisagens do litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE. Revista de Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco. Recife, v. 16, n. 2, p. 11-39, jul./dez, 2000.

____. O turismo de segunda residência e suas repercussões sócio-espaciais. Revista Território: Rio de Janeiro - Ano VII – n. 11, 12 e 13 - set./out., 2003, p. 107-122.

BARROS JÚNIOR, Noberto Francisco de. A dinâmica espacial e a reorganização territorial do litoral de Ipojuca: Porto de Galinhas – a emergência de um espaço turístico. Recife, 2002. 136 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.

BECKER, Bertha K. Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

FARIAS, Rosana Torrinha Silva de. Modo de vida e a territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira: um estudo na comunidade do Lontra da Pedreira, Novas Edições Acadêmicas, 2016.

GIL, A. C. Método e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1995.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral. Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org). (Re) introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

LIMA, Rubens R; TOURINHO, Manoel M; COSTA, José P. C. da. Várzeas Flúvio-Matinhas da Amazônia Brasileira. Belém-Pa. SECTAM, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP,1992.

RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo e espaço. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio; Spósito, Elizeu Savério (orgs). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SUZUKI, Júlio César. De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação de Doutorado – FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

TULIK, Olga. Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154 f. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

____: O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

____:Turismo e meios de hospedagem. Casas de temporadas. São Paulo: Roca, 2001.